## PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Vamos iniciar os trabalhos do Pequeno Expediente chamando os oradores inscritos. Temos 34 parlamentares inscritos.

Tem a palavra a nobre deputada Márcia Lia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Chico Sardelli. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Geraldo Cruz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rafael Silva. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marco Vinholi.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Assembleia SP, plateia presente, quero fazer um pequeno apanhado do trabalho nesta semana.

Com muita felicidade conseguimos aprovar, semana passada, na Comissão de Constituição e Justiça, o projeto Bom Prato Estudantil, uma medida importante para termos um restaurante de qualidade a um real para aqueles que estudam no Corredor Vergueiro. Mais de cem mil estudantes aguardam por um alento nas políticas de permanência estudantil.

Também está para ser votada na Comissão de Constituição e Justiça - e vamos priorizar para vir a plenário - a criação do Conselho Estadual da Juventude. Assim como existe em Brasília, tenho pregado desde o início do meu mandato a importância de termos esse colegiado no Governo do Estado de São Paulo também. Este projeto vem avançando. Enfim, são os dois projetos que devo priorizar nesta Casa. Espero poder pautá-los até o final do ano.

Esta semana ainda, Sr. Presidente, o Supremo Tribunal Federal iniciou a discussão sobre a questão do foro privilegiado dos deputados federais. A maioria do STF já indica o fim do foro privilegiado ou pelo menos que seja para os crimes cometidos em mandato.

A sociedade brasileira - este parlamentar também - aguarda pelo fim do foro privilegiado. Que possamos ter essa medida aprovada com celeridade pelo STF. Houve um pedido de vista. Contudo, rogamos, assim como toda a sociedade brasileira, pelo fim do foro privilegiado. Assim como não temos nesta Casa, que em Brasília também não tenha. Está na Constituição que todos são iguais perante a lei. É nisso que acreditamos e esperamos que o Supremo Tribunal Federal possa votar a matéria com celeridade.

Ontem estive com o secretário Clodoaldo Pelissioni conversando sobre o avanço do metrô em São Paulo. Quero dizer a vocês que são números impressionantes. Talvez, nunca na história recente de São Paulo tivemos o avanço que vamos conseguir entregar até o ano que vem. Eles falam: "Poxa, é ano eleitoral e por isso o governador Alckmin vai entregar". Não, não é. São várias as burocracias, os entraves, para podermos chegar ao momento em que chegaremos no ano que vem.

Serão entregues no ano que vem na Linha 4: Estação Mackenzie, ainda em dezembro deste ano, lá do lado de casa; Estação Oscar Freire, em março de 2018; Estação Morumbi, em junho de 2019. Na Linha 5, a Estação Eucaliptos, em janeiro de 2018; Estação Moema, em fevereiro de 2018; Estação Hospital São Paulo, também em fevereiro de 2018; Estação Chácara Klabin, em abril de 2018; Estação Santa Cruz e Estação Campo Belo, até dezembro de 2018.

Na Linha 13, a Estação Guarulhos Cecap, até março de 2018. Na Linha 15, serão várias: Estação São Lucas, Estação Camilo Haddad, Estação Vila Tolstoi, Estação Vila União, Estação Jardim Planalto, Estação Sapopemba, Estação Fazenda da Juta, Estação São Mateus e o Monotrilho, que é tão esperado há tanto tempo pelos moradores ali daquela região, até março de 2018.

É uma luta antiga de toda aquela região da zona leste de São Paulo. São mais de 20 estações. Também, lá em Barueri, as Estações Jardim Belval e Jardim Silveira da linha da CPTM. É um investimento maciço feito no metrô de São Paulo. Quero parabenizar o Clodoaldo e o governador Geraldo Alckmin por esse trabalho.

Estava lendo a revista "Veja" da semana passada e não consegui fazer uso da tribuna, mas li uma carta aberta muito importante de uma série de entidades do setor rural aqui do nosso estado chamada "Carta Aberta dos Produtores Rurais à Nação Brasileira", que diz: "Queremos nos dirigir à população deste país, às autoridades dos poderes instituídos e especialmente a todos aqueles que por algum motivo desconhecem o trabalho e as dificuldades dos produtores rurais, buscando alertar que, caso persista essa situação de insegurança e instabilidade provocada pela ausência de instituições sólidas, poderemos ter uma gravíssima crise alimentar no Brasil".

Entre vários assuntos, sabemos quanto o produtor é perseguido ainda neste País. Eles indicam quatro principais causas: "Nas questões ambientais ora somos acusados de causadores do efeito estufa, ora de desmatadores e sempre com a pecha de criminosos ambientais, quando cumprimos um dos mais rigorosos códigos florestais do mundo e somos os maiores conservacionistas do País, utilizando apenas 8% sobre o total do território nacional.

Nas questões trabalhistas querem a todo custo nos qualificar e nos punir como escravagistas, onde qualquer inadequação do ambiente de trabalho classificam de 'trabalho escravo' ou dessa nova onde de 'análogo à escravidão', num flagrante desrespeito e desvirtuamento do que determinam as leis em vigor.

Nas questões fundiárias, instalado o terrorismo no campo, não existe democracia sem o devido direito de propriedade. É o alicerce da livre iniciativa aqui no Brasil. Ironicamente, somos tratados de latifundiários ou grileiros das nossas próprias terras.

Nas questões tributárias são tantos impostos e tributos em todas as esferas que atingem o limite do insuportável e nos transformam nos verdadeiros escravos da gana arrecadatória e, aqui, não podemos deixar de citar mais uma vez a pretensão agressiva na questão do Funrural, exemplo clássico do imbróglio fabricado, onde por mais de 10 anos o STF nos disse: 'Empregador rural pessoa física não precisa recolher contribuição sobre receita bruta' e nós caipiras acreditamos na Justiça e agora querem nos empurrar goela abaixo um Refis através da nociva MP 793".

Enfim, é um manifesto de várias entidades, da UDR, da Fenapec, que não se sentem representadas pela atual política de agricultura e que pedem o apoio dos brasileiros. Nós, que vimos do campo, que temos a nossa região toda ligada à agricultura, apelamos para que o presidente Michel Temer possa olhar com mais carinho para as políticas da agricultura para o nosso País.

Muito obrigado.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Marco Vinholi.

* * *

O SR. PRESIDENTE - MARCO VINHOLI - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, assessoras e assessores que se encontram em plenário, telespectadores da TV Assembleia, policiais militares presentes, sargento Volpato, que nos acompanha - obrigado pela presença, Celso; assim, não me sinto sozinho -, senhoras e senhores, estive pela manhã, novamente, na Escola Superior de Soldados, em Pirituba.

Estive lá acompanhado de meu assessor David Denis. Mais uma vez, participamos de um evento juntamente com o coronel Figueiredo, comandante da Escola Superior de Soldados, e com o coronel Pereira Martins, que é comandante da Diretoria de Educação e Cultura da Polícia Militar.

Hoje, tivemos um evento significativo, pois foi o término do módulo básico dos alunos. Agora, eles irão para o módulo específico. Nesse término do módulo básico, eles passam a envergar o uniforme da Polícia Militar.

Portanto, 120 homens e mulheres da Polícia Militar, soldados, a partir de hoje, irão ao módulo específico, que será feito na região central de São Paulo e na zona oeste, onde terminarão o seu curso de soldados. Já fizeram seis meses e agora farão mais seis meses para logo estarem formados, servindo a população nas ruas da cidade.

Então, parabéns a esses 120 homens e mulheres, parabéns ao coronel Figueiredo e a todos os seus oficiais e praças pela nobre missão da educação, do ensinamento e da instrução na Polícia Militar.

Sr. Presidente, gostaria de abordar um assunto que ocorreu em 2014. Naquele ano, tivemos uma ocorrência aqui em São Paulo, mais propriamente na zona leste, na Mooca, em que dois indivíduos foram mortos pela Polícia Militar.

Esses indivíduos eram pichadores e, na época, a imprensa criticou muito essa ocorrência. Surgiu uma série de especialistas em Segurança. O que mais temos no Brasil são especialistas em Segurança e, todas as vezes em que a Polícia Militar se envolve em uma ocorrência, o que não falta é gente criticando. Na hora de resolver o problema, ninguém se apresenta; é a polícia que tem que ir lá. Porém, na hora de criticar, não falta gente criticando.

Nessa ocorrência, os policiais militares foram muito criticados. Vou citar o nome deles, pois eles foram citados em todos os jornais da época, foram chamados de criminosos e assassinos. Mas não o são. São policiais militares que atenderam a ocorrência e fizeram a sua obrigação: o sargento Amilcezar Silva, os cabos André de Figueiredo Pereira e Aldilson Perez Segalla, o tenente Danilo Keity Matsuoka e o tenente Robson Oliva Costa. Eles eram acusados de matar dois indivíduos que adentraram um prédio na Mooca e trocaram tiros com a polícia.

A juíza Débora Faitarone, da 1ª Vara do Juri, atuou nesse caso em que eles foram absolvidos. Segundo a própria juíza, os policiais agiram em legítima defesa. Portanto, não há mais o que contestar, não se pode mais incriminar os policiais.

O interessante é que, na época, a ocorrência foi muito veiculada para atacar os policiais militares. Agora, não acontece a mesma coisa. Alguns jornais chegaram a veicular, um jornal ou outro, alguns sites falaram alguma coisa, mas não com a mesma veemência com que criticaram os policiais. Na hora de criticá-los, foi uma loucura. Na hora de falar que os policiais realmente agiram corretamente e foram absolvidos, poucos comentaram.

Para que os senhores tenham uma ideia, um dos criminosos portava uma pistola 380 e atirou contra os policiais Danilo e Aldilson. Enquanto isso, o outro indivíduo, portando um revólver calibre 38, atirou contra os policiais militares Amilcezar e André Figueiredo. O sargento Amilcezar, inclusive, foi baleado nessa ocorrência.

Então, é o que eu sempre digo: ao contrário do que muitas pessoas pensam, a Polícia Militar não tem o intuito, e muito menos a intenção, de participar de qualquer tiroteio. A morte não traz benefícios a ninguém. O policial militar, quando sai de sua residência pela manhã, sai para trabalhar e, na grande maioria das vezes, sem saber se vai retornar para sua família. Um policial militar jamais sai de sua casa e fala: "Poxa, hoje vou entrar em uma ocorrência e vou matar um bandido". De jeito nenhum! Nós saímos para servir a população e temos aqui noticiado diariamente, Sr. Presidente, só para fechar, que seja pelos jornais escritos, pela mídia social, pela televisão, ocorrências terríveis onde criminosos atiram em policiais, onde criminosos atiram em mulheres, atiram em jovens, atiram em pais de família. Todos os pais de família, jovens, mulheres, desarmados, são mortos por criminosos. Imagine o policial. Este ano, quase 100 policiais militares já foram mortos, aqui em São Paulo, e mais de 100, 120 no Rio de Janeiro. E quando a Polícia tem a infelicidade de participar numa ocorrência que resulta em morte, muita gente vem criticar, dizer que a Polícia é violenta.

Gente, a Polícia não é violenta. Violento é o crime. O vagabundo que sai de casa armado para perpetrar um crime, sai para o tudo ou para o nada. Se ele não estivesse roubando, e se ele não estivesse armado, ele não iria preso. Se ele não atirasse na Polícia, não tomaria tiro, simples assim, simples assim. Então, nós estamos aqui diariamente para trabalhar pela segurança da população, para defender a nossa população, e defender todos os interesses dos cidadãos do estado de São Paulo. Contem conosco nessa missão.

Eu queria aqui, mais uma vez, dizer ao Sr. governador, Geraldo Alckmin, que estamos aguardando que ele mande para esta Casa um projeto com o devido reajuste para o funcionalismo público, especial para a Polícia Militar. Que esse reajuste venha este ano ainda. Hoje, dia 24 de novembro, estamos praticamente a seis dias do final do mês de novembro, e nada se fala sobre reajuste. Então, como eu disse aqui, Sr. governador, Geraldo Alckmin, estamos aguardando de S. Exa. o seu projeto, mais do que tardio, de reajuste para o nosso funcionalismo público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - MARCO VINHOLI - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os ainda da Sessão Solene a realizar-se na segunda-feira, às 10 horas, com a finalidade de homenagear e premiar os homens mais fortes do Brasil de 2017.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 47 minutos.

* * *

# 27 DE NOVEMBRO DE 2017
# 175ª SESSÃO ORDINÁRIA

**Presidentes: CORONEL CAMILO e CARLOS GIANNAZI**
**Secretário: CARLOS GIANNAZI**

## RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL CAMILO
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CARLOS GIANNAZI
Discorre sobre a situação da Escola Estadual Julia Della Casa Paula. Considera o abandono da escola uma omissão da Secretaria da Educação e do FDE. Diz já ter cobrado dos órgãos a reforma estrutural da mesma. Afirma estar chocado com a situação da escola, que de acordo com o deputado, está desabando em cima dos alunos. Menciona as infiltrações, as telhas quebradas e os alagamentos em dias de chuva. Ressalta que a mesma necessita de uma reforma geral, que nunca foi feita. Esclarece que este não é um problema de gestão da escola, mas sim de omissão e irresponsabilidade da Secretaria de Educação e do FDE. Pede que sejam tomadas providências imediatas. Informa que irá acionar o MPE para que seja feita uma investigação profunda. Ressalta que a carreira do Magistério está destruída.
3 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência.
4 - CORONEL CAMILO
Faz coro ao pronunciamento do deputado Carlos Giannazi. Parabeniza a deputada Leci Brandão pelo trabalho desenvolvido. Lembra o governador Geraldo Alckmin que os servidores estaduais estão a 1243 dias sem aumento. Questiona o governador até quando irá este número. Afirma que os policiais estão fazendo um excelente trabalho, mas sem o reconhecimento do Governo do Estado. Pergunta quando será enviado o projeto para esta Casa. Cita diversos projetos enviados pelo governador para aumento de outras categorias. Diz esperar o projeto ainda em dezembro, para que seja aprovado este ano.
5 - CORONEL CAMILO
Assume a Presidência.
6 - CARLOS GIANNAZI
Combate o PL 920, que congela os investimentos em áreas sociais. Afirma que haverá o congelamento do salário dos servidores, assim como as promoções destes. Destaca que a população terá diminuição dos investimentos em áreas públicas e estratégicas. Informa que haverá, dia 28/11, um movimento nesta Casa, para combater este projeto. Pede que o PL 920 seja retirado. Relata que o presidente Michel Temer deverá votar o projeto da reforma da Previdência no dia 6/12. Anuncia uma grande mobilização no dia cinco, em todo o Brasil. Cita a aprovação da lei da Terceirização, entre outras.
7 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
8 - PRESIDENTE CORONEL CAMILO
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 28/11, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização de sessão solene, hoje, às 20 horas, para prestar "Homenagem à cultura Gospel no estado de São Paulo". Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Camilo.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL CAMILO - PSD - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Carlos Gianazzi para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao

## PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL CAMILO - PSD - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Carlos Giannazi, pelo tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Coronel Camilo, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Alesp, público presente, funcionários desta Casa, quero aqui fazer uma gravíssima denúncia contra a Secretaria da Educação e contra a FDE, uma autarquia da Secretaria Estadual da Educação, responsável pela manutenção, pela reforma e pela construção das escolas estaduais. Quero fazer uma denúncia pela omissão criminosa, tanto da Secretaria Estadual da Educação, como da FDE, em relação à Escola Estadual prof. Julia Della Casa Paula.

Eu já visitei essa escola em vários momentos, já cobrei da Secretaria Estadual da Educação uma reforma estrutural da escola, que nunca aconteceu. Eu já estive lá na semana próxima passada e fiquei chocado com a situação. Nossa assessoria já tinha ido lá e eu fui pessoalmente e pude perceber a gravidade da situação.

Sr. Presidente, a escola está literalmente desabando em cima dos professores, dos alunos, da comunidade escolar. A referida escola tem várias infiltrações, telhas quebradas e problemas gravíssimos estruturais. Portanto, a única forma de resolver o problema é por meio de uma reforma geral da escola, reforma essa que nunca foi feita. E não há sinal de início dessa reforma. Hoje, pela manhã, choveu em São Paulo e a escola ficou alagada. Eu conversei com a comunidade escolar, que nos disse que alagou a escola. E ela está com infiltração. Olha a situação em que se encontra essa escola. Tem algumas fotos da escola que eu mesmo tirei, fotografei, fiz vídeos, imagens que registram a situação de degradação de sucateamento, de abandono de uma escola estadual situada na região do Jardim Miriam - não é muito distante daqui da Assembleia Legislativa. Essa escola pertence à Diretoria de Ensino Sul 1 e atende a milhares de alunos daquela região. Os alunos estão indignados com o chão cheio de água da chuva porque praticamente não tem mais telhado naquela escola. É um crime o que eles estão fazendo com a Escola Estadual Julia Della Casa Paula. Aqui estão as fotos que eu tirei. A situação lá é de calamidade pública, tinha que ter uma intervenção.

A diretora da escola é muito séria, já fez ofício, já solicitou a reforma. Enfim, não é um problema de gestão da escola, mas sim da omissão, da negligência, da irresponsabilidade da Secretaria Estadual da Educação, da FDE, desse governo Alckmin, que não toma providências para reformar as escolas estaduais que estão na maioria abandonadas. Esse é apenas um caso, mas a situação é muito mais grave nas escolas que eu tenho visitado e tenho denunciado. Eu cumpro aqui o meu papel de fiscalizar, denunciar, mas não há providências sendo tomadas. Temos que fazer alguma coisa em relação a isso.

Cobrei isso do secretário, que esteve aqui semana passada, na Comissão de Educação, a deputada Leci Brandão também esteve presente, cobrou o secretário, mas parece que o que eu falei entrou por um ouvido e saiu pelo outro. Até exibi fotos das escolas sucateadas em São Paulo, a deputada Leci Brandão viu, cobrei, disse que a FDE não reforma escolas, que a Secretaria da Educação se omite, mas não houve resposta, a omissão criminosa continua. A Secretaria da Educação, a FDE e o governo Alckmin não fazem nada.

Gostaria que providências fossem tomadas imediatamente, porque os alunos, os professores e os funcionários da Escola Estadual Julia Della Casa Paula, que fica no Jardim São Jorge, da Diretoria de Ensino Sul 1, vai desabar. Ela corre o risco de desabamento por conta desse abandono e dessa irresponsabilidade criminosa do estado.

Assim, a partir desta tribuna, quero acionar o Ministério Público Estadual, que deve fazer uma investigação e abrir um inquérito contra esse crime. É um crime, um atentado, porque o estado é obrigado a fazer a manutenção das escolas. Está na lei, manutenção e desenvolvimento do ensino. Isso se aplica a todas as áreas, sobretudo na parte física, porque na parte pedagógica, na valorização dos professores, há um abandono total. Parece que esse governo destrói as estruturas físicas e humanas das escolas. A carreira do Magistério está destruída pelo governo, mas ele destrói, também, a parte física e estrutural.

Faço essa denúncia aqui da tribuna. Quero acionar o Ministério Público Estadual para que ele faça uma investigação profunda no caso da escola Julia Della Casa Paula, que é o exemplo do abandono da rede estadual. Tenho feito várias denúncias e ido a várias escolas, mas essa é uma das piores. E repito: a gestão da escola faz o que pode. Fez os encaminhamentos, a gestão é séria, mas o governo se omite.

Para finalizar, gostaria que cópias do meu pronunciamento fossem encaminhadas ao Ministério Público Estadual; ao governador Geraldo Alckmin; ao secretário de Educação, Nalini; e ao presidente da FDE, para que esse crime contra a Educação seja solucionado. O estado deve tomar providências em relação a esse atentado criminoso contra a escola pública, contra os alunos, contra os servidores da Educação e contra o Magistério.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL CAMILO - PSD - O pedido de V. Exa. é regimental.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Carlos Giannazi, parabéns pelo seu depoimento em favor dos nossos professores e da Educação no estado de São Paulo. Isso é superimportante.

Se quisermos mudar um país é por aí que se inicia. Não é só isso, mas é por aí que se inicia. Uma educação que contenha valores, que contenha conteúdo, que ensine moral, ética, civismo, patriotismo, mas, principalmente, respeito e o exercício da cidadania. Parabéns por seu pronunciamento.

Também cumprimento nossa deputada Leci Brandão, sempre artista, nos jornais. Recentemente passei a V. Exa. o que está acontecendo, sua divulgação na imprensa. Parabéns pelo incansável trabalho em defesa dos negros e das mulheres, parabéns.

Minha fala, hoje, faz coro à do nobre deputado Carlos Giannazi. De vez em quando nos unimos com um objetivo comum, que é defender o funcionalismo de São Paulo.

Governador Geraldo Alckmin, são 1.243 dias sem aumento. Eu chamei até de reajustômetro - não é mais aumento salarial. Quero ver até quando vai esse número: 1.243! Os policiais sofrendo, trocando tiros. Recentemente, vimos na TV um policial dentro de um mercado, com uma criança no colo, fazendo frente à criminalidade. Vários policiais feridos.

Hoje estive na Associação dos Deficientes Físicos da Polícia Militar. Quantos casos, quantas histórias de vida interrompidas, quantas pessoas que decidiram entrar na Polícia Militar de São Paulo e tiveram a sua integridade física perdida defendendo o cidadão e hoje estão em cadeira de rodas, sem o reconhecimento do governo do estado de São Paulo.

Governador, cadê o seu projeto, cadê o projeto de reajuste? Durante o ano todo, passamos vários projetos importantes ao governo do estado: para criar fundo, para mexer no ICMS, para parcelamento de dívida. Mas cadê o projeto do funcionalismo?

Recentemente, entrou nesta Casa o PL 920. Fizemos modificações, ele está mais palatável, mas cadê o projeto do reajuste? Entrou também o da Procuradoria Geral do Estado e dos outros órgãos, do Poder Judiciário, do Ministério Público e da PGE, que são do Executivo. É o lado mais bonito do Executivo, porque o lado que não está ligado às carreiras jurídicas acaba ficando para escanteio. É o caso dos professores, da saúde, dos enfermeiros, dos médicos, dos policiais.

Então, governador, fica aqui um pedido: que mande logo esse projeto. Vamos fazer uma conta simples: já estamos há três anos e três meses sem reajuste. Nós vamos fazer quatro anos sem reajuste, governador? Nós estamos no dia 27 de novembro e, daqui a pouco, já estamos em recesso. O senhor não vai mandar esse projeto esse ano? Vai mandar quando? Em janeiro, quando nós estivermos em recesso? Nós vamos discutir esse projeto em fevereiro e ele vai para votação em março? Vai valer a partir de abril? Mais de seis meses sem reajuste de novo?

Cadê o seu projeto? Eu sei que o senhor tem pressa para passar as suas contas na Comissão de Finanças e Orçamento. Eu sei que o senhor tem pressa para aprovar o orçamento. Eu sei que o senhor tem pressa para passar o projeto 920, da renegociação da dívida com o governo federal. São projetos importantes, mas igualmente importante é cuidar da joia da coroa do serviço público do estado de São Paulo, que é o nosso funcionário público: esse homem, essa mulher, esse professor que ganha três mil reais por mês, como mostrou o deputado Luiz Carlos Gondim esses dias. É o seu policial, nesta mesma situação, correndo risco de vida, morrendo, fazendo hora extra sem ser remunerado por isso, estando sempre à disposição, de dia e de noite, 24 horas de trabalho ininterruptas para apresentar uma ocorrência no distrito policial. Tudo sobrando para a nossa Polícia Militar: fazer escolta no interior, que não é missão da Polícia Militar, e sim da Secretaria da Administração Penitenciária; fazer escolta das audiências de custódia, um instrumento que inventaram e é mal usado para não deixar presos serem encarcerados - mais de 50% são soltos na hora e foram presos em flagrante!

Governador, esperamos que o senhor mande esse projeto ainda no mês de dezembro. Nós precisamos desse projeto aprovado esse ano, nem que seja para começar a partir de primeiro de janeiro. O policial está no limite. Está difícil recebermos, todos os dias, no nosso gabinete, policiais pedindo dinheiro e ajuda, dizendo que estão passando fome. O policial militar de São Paulo faz um trabalho brilhante - diminuiu a criminalidade -, enfrenta o crime, se sacrifica pelo cidadão de São Paulo.

Faça esse reconhecimento ao que o senhor tem de mais importante no seu governo: as pessoas. Estamos aguardando, ansiosamente, o seu projeto de reajuste para o funcionalismo de São Paulo.

Muito obrigado.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Coronel Camilo.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL CAMILO - PSD - Dando continuidade à lista dos nossos oradores, vamos passar à Lista Suplementar.

Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, de volta a esta tribuna eu não poderia deixar de fazer duas convocações importantes para a população: uma em relação ao que disse V. Exa. sobre o PL 920, este projeto do governador Geraldo Alckmin que congela investimentos nas áreas sociais por dois anos, congela investimentos na Saúde, na Educação, na Segurança Pública na Cultura, na assistência social, enfim, em todas as áreas. As famosas despesas primárias serão todas congeladas e no meio desse processo haverá o congelamento também dos salários dos servidores - professores, policiais, médicos, enfermeiras - por dois anos dos salários e promoções como quinquênios, sexta-parte, licença-prêmio. Todas as promoções dos servidores estaduais serão congeladas. É um projeto nefasto, é um verdadeiro ataque às áreas sociais do nosso estado.

O Governo vem sinalizando, através da liderança do Governo, que haverá alteração do texto, que vai tentar deixar os servidores de fora, mas vai arrochar em cima da população.

A população terá diminuição de investimentos na escola pública, na Saúde, no SUS, na Segurança Pública. Não haverá investimento mais nessas áreas. Eles congelam os investimentos nas áreas estratégicas para a população.

Portanto, no dia 28 - não é um convite, é uma convocação - que a população esteja aqui na Assembleia Legislativa. Nós teremos um grande movimento na Alesp com as entidades representativas dos servidores, com movimentos sociais, com movimentos populares para pressionar os deputados a se colocaram contra o PL 920. O Governo vai dourar a pílula, vai dar uma maquiada no texto para enganar os deputados aqui. Tem de tomar cuidado.